

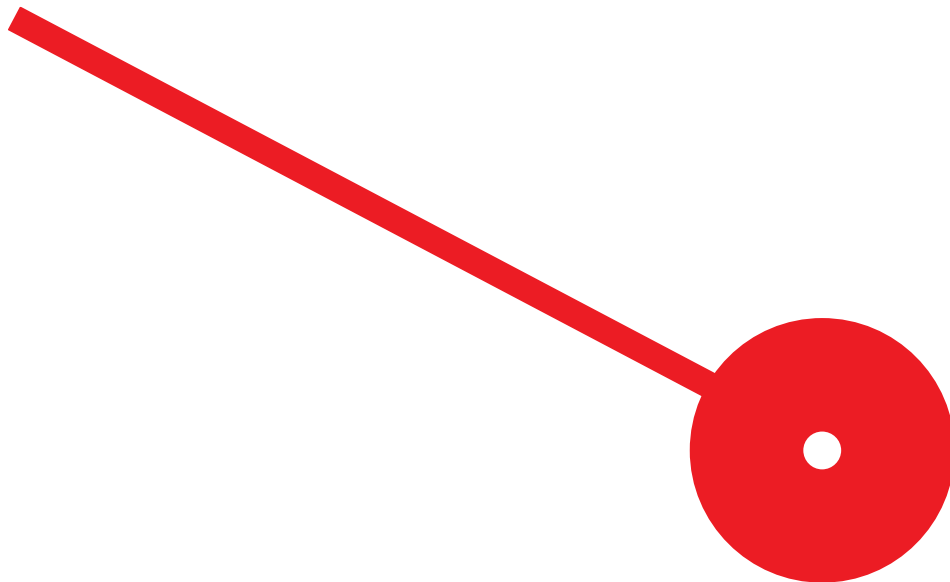
INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M MESTRADO
AUDITORIA

A Influência do
Conservadorismo
Contabilístico na
Qualidade da Auditoria:
Evidência Europeia

Raúl Ribeiro

10/2025



Raúl Ribeiro. A Influência do Conservadorismo Contabilístico
na Qualidade da Auditoria
10/2025

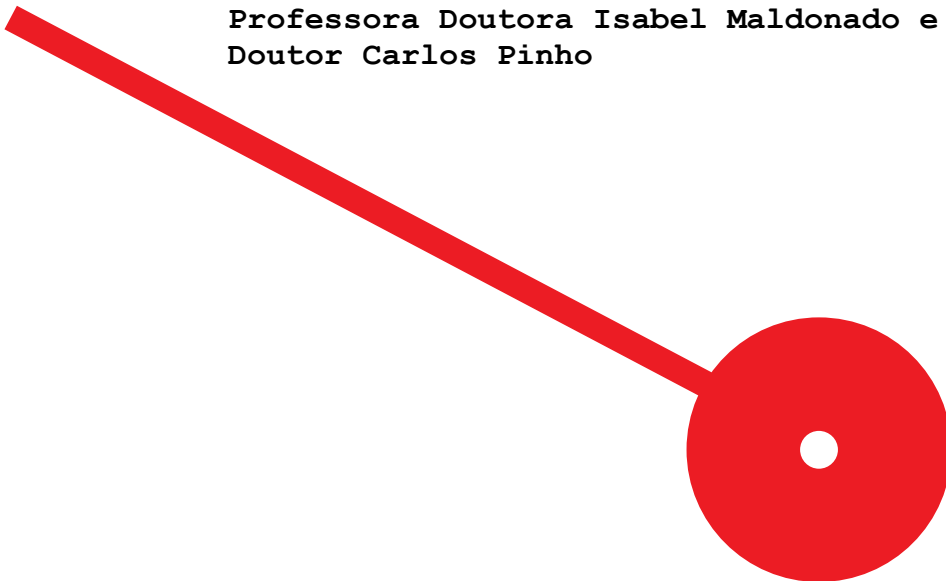
INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M MESTRADO
AUDITORIA

A Influência do
Conservadorismo
Contabilístico na
Qualidade da Auditoria:
Evidência Europeia
Raúl Ribeiro

Dissertação de Mestrado apresentado ao
Instituto Superior de Contabilidade e
Administração do Porto para a obtenção do grau
de Mestre em Auditoria, sob orientação de
Professora Doutora Isabel Maldonado e Professor
Doutor Carlos Pinho

Raúl Ribeiro. A Influência do
Conservadorismo Contabilístico na Qualidade
da Auditoria
10/2025



Agradecimentos

A todos os que estiveram presentes ao longo deste percurso deixo o meu sincero agradecimento. À minha família e aos meus amigos, e claro aos meus orientadores, pelo apoio constante, pela paciência e pela compreensão nos momentos em que conciliar o trabalho diário com a elaboração desta dissertação se revelou especialmente exigente. Cada palavra de incentivo e cada gesto de ajuda fizeram a diferença e tornaram possível chegar até aqui. A todos, o meu muito obrigado.

Resumo:

Esta dissertação investiga a relação entre o conservadorismo contabilístico e os honorários de auditoria nas empresas do STOXX Europe 600 entre 2018 e 2024. O conservadorismo é mensurado através de um índice baseado em accruals construído a partir do modelo de Kothari, enquanto os honorários de auditoria em logaritmo são utilizados como aproximação do esforço e da qualidade do trabalho de auditoria. A análise empírica recorre a dados em painel, estimados através de regressões multivariadas com efeitos fixos de indústria-por-ano e erros-padrão clusterizados à firma. Os modelos incluem os determinantes tradicionais dos honorários de auditoria, assegurando que o efeito estimado do conservadorismo é isolado de fatores económicos estruturais.

Os resultados indicam uma associação positiva e estatisticamente significativa entre conservadorismo e honorários de auditoria. Um aumento de um desvio-padrão no índice de conservadorismo está associado, em média, a um acréscimo na ordem dos 6–7% nos honorários de auditoria. As variáveis de controlo apresentam, em geral, os sinais esperados, e a Big 4 não exhibe efeito estatisticamente significativo quando considerados os restantes fatores. O trabalho contribui para a evidência europeia recente ao mostrar que práticas contabilísticas mais prudentes se associam a auditorias de maior intensidade.

Palavras chave: Conservadorismo contabilístico; Honorários de auditoria; Qualidade da auditoria; STOXX Europe 600.

Abstract:

This thesis investigates the relationship between accounting conservatism and audit fees in STOXX Europe 600 firms between 2018 and 2024. Conservatism is measured using an accrual-based index derived from the Kothari model, while the logarithm of audit fees is used as a proxy for audit effort and audit quality. The empirical analysis is based on panel data estimated through multivariate regressions with industry-by-year fixed effects and firm-clustered standard errors. The models include the traditional determinants of audit fees, ensuring that the estimated effect of conservatism is isolated from structural economic factors.

The results indicate a positive and statistically significant association between conservatism and audit fees. A one-standard-deviation increase in the conservatism index is associated, on average, with a 6–7% increase in audit fees. The control variables generally display the expected signs, and the Big 4 indicator is not statistically significant once the remaining factors are considered. This study contributes to recent European evidence by showing that more prudent accounting practices are associated with more intensive audit work.

Key words: Accounting conservatism; Audit fees; Audit quality; STOXX Europe 600.

Índice geral

Capítulo I – Introdução.....	10
Capítulo II – Revisão de literatura	12
1 Qualidade da auditoria.....	13
2 Conservadorismo	18
3 Interseção Conservadorismo–Auditoria	22
4 Contexto português.....	Error! Bookmark not defined.
Capítulo III – Metodologia	25
5 Desenho da investigação e hipóteses.....	25
6 Dados: a Amostra e as Variáveis.....	27
7 Modelos	31
Capítulo IV - Resultados.....	36
8 Apresentação dos Resultados	36
Capítulo V – Conclusão.....	44
Referências bibliográficas.....	46

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Multicolinearidade (VIF)	35
Tabela 2 - Estatísticas descritivas (winsorizadas 1–99)	36
Tabela 3 – Matriz de correlações de Pearson	37
Tabela 4 – Resultados da Regressão.....	39
Tabela 5 - Síntese das Hipóteses e Resultados	41

Lista de abreviaturas

CEO - *Chief Executive Officer.*

CFO - *Chief Financial Officer.*

EBITDA - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization.*

EUR - Euro (moeda).

FASB - *Financial Accounting Standards Board*

IFRS - *International Financial Reporting Standards.*

KAM - *Key Audit Matters.*

PCAOB - *Public Company Accounting Oversight Board.*

ROA - *Return on Assets* (rendimento dos ativos).

RQ - *Regulatory Quality* (índice do Banco Mundial).

SOX - *Sarbanes–Oxley Act* (2002).

STOXX Europe 600 - Índice europeu de ações usado para definir a amostra.

Tobins_Q - Quociente de Tobin.

VIF - *Variance Inflation Factor*

A determinação dos honorários de auditoria resulta do equilíbrio entre o risco assumido pelo auditor, o esforço requerido e a complexidade informacional do cliente. Neste enquadramento, o conservadorismo contabilístico, entendido, em termos gerais, como o reconhecimento mais célere e exigente de perdas face a ganhos, surge como um mecanismo central de reporte, mas com efeitos teoricamente ambíguos nos preços da auditoria. Por um lado, políticas mais prudentes tendem a reduzir risco de informação e oportunidades de gestão de resultados, o que poderia diminuir o prémio de risco incorporado nos honorários. Por outro, a prudência desloca a materialidade e o foco para áreas intensivas em julgamento (imparidades, provisões, mensurações ao justo valor, estimativas), aumentando o tipo e a profundidade dos procedimentos, com potenciais pressões em alta sobre os honorários.

Esta tensão ganha relevância particular no contexto europeu recente, caracterizado por requisitos de qualidade e independência relativamente estáveis, mas também por uma heterogeneidade setorial e jurisdicional que sustenta variação económica nos honorários. Apesar da vasta literatura sobre determinantes de honorários e sobre prudência contabilística, permanece limitada a evidência europeia contemporânea, com amostras amplas e atualizadas, que permita clarificar o efeito líquido do conservadorismo no preço da auditoria. É precisamente este vazio que esta dissertação procura preencher.

O objetivo central consiste em avaliar se e em que medida práticas contabilísticas mais conservadoras se associam a auditorias mais intensivas (e, por conseguinte, a honorários mais elevados). Para o efeito, analisa-se um painel de empresas do *STOXX Europe 600* no período 2018 - 2024, estimando modelos multivariados com efeitos fixos de indústria por ano e erros-padrão clusterizados à empresa, controlando pelos determinantes clássicos de honorários (dimensão, alavancagem, rentabilidade, complexidade organizacional, oportunidades de crescimento, estrutura de ativos, qualidade regulatória do país e tipo de auditor).

A variável base, o conservadorismo contabilístico, é operacionalizada através de um índice baseado em *accruals*, construído a partir do modelo de Kothari et al. (2005) e padronizado para comparabilidade entre empresas e ao longo do tempo. Em linha com a literatura que interpreta os honorários como resultado conjunto de esforço e risco, a

utilizamos como *proxy* de qualidade de auditoria os honorários de auditoria. Esta opção é consistente com estudos prévios que utilizam o valor dos honorários como medida indireta do nível de trabalho e dos requisitos de verificação impostos pelo perfil do cliente.

Deste enquadramento resulta a nossa questão de investigação que orienta o estudo: Empresas mais conservadoras pagam honorários de auditoria mais elevados? Para além do efeito médio, exploramos mecanismos de heterogeneidade através de moderadores ao nível da empresa e do contexto institucional, nomeadamente a dimensão, a alavancagem o ambiente regulatório do país e tipo de auditor (Big 4 vs. não-Big 4), atendendo a potenciais diferenças de metodologia, materialidades e reputação.

A contribuição do trabalho é tripla. Em primeiro lugar, atualiza a evidência europeia com um painel recente e abrangente, cobrindo anos marcados por choques macroeconómicos e mudanças nos processos de reporte. Em segundo, operacionaliza o conservadorismo ao nível firma-ano com base em *accruals* ajustados ao desempenho, permitindo capturar variação relevante entre empresas e no tempo. Em terceiro, documenta heterogeneidade do efeito em função de características económicas e institucionais, oferecendo implicações para reguladores, auditores e órgãos de governação no desenho de políticas e na afetação de recursos de auditoria.

O presente trabalho recorre exclusivamente a informação de natureza pública e institucional, obtida a partir de relatórios e contas consolidados das empresas que integram o STOXX Europe 600, de bases comerciais licenciadas, como a Orbis, e de fontes oficiais, designadamente o indicador Regulatory Quality do World Bank. Não ocorre recolha de dados pessoais de indivíduos, pelo que a investigação se enquadra fora do âmbito de aprovação ética destinada a estudos com seres humanos. Ainda assim, foram observados princípios de responsabilidade e integridade científica, garantindo a utilização dos dados em estrita conformidade com as respetivas licenças e termos de utilização.

O Capítulo I deste trabalho irá explorar a literatura existente sobre qualidade da auditoria, conservadorismo contabilístico e a possível relação existente. O Capítulo II descreve a metodologia, amostra, mensuração das variáveis, especificações econométricas e procedimentos de validação. O Capítulo III apresenta e discute os resultados empíricos. Por fim, a Conclusão sintetiza as principais implicações académicas e práticas, limitações e pistas para investigação futura.

CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA

A transparência e a credibilidade da informação financeira são pilares fundamentais em contabilidade e auditoria, sustentados pelos conceitos de qualidade da auditoria e conservadorismo contabilístico. Diversas pesquisas académicas destacam que auditorias de elevada qualidade, aliadas a práticas contabilísticas prudentes, reforçam a confiança dos *stakeholders* ao assegurarem relatos financeiros fidedignos. Estes dois conceitos emergem na literatura como elementos-chave para mitigar assimetrias de informação e promover a integridade do relato financeiro, sendo por isso alvo de larga discussão no meio académico.

A qualidade da auditoria tem sido definida de múltiplas formas, como exemplo, Deangelo (1981) propôs uma definição clássica centrada na capacidade do auditor de detetar e reportar irregularidades nas contas do cliente. Autores mais contemporâneos, porém, alargam esta perspetiva, como é caso DeFond e Zhang (2014), argumentam que a qualidade da auditoria não deve ser vista apenas como um binário, centrando-se exclusivamente na presença ou ausência de erros detetados, mas sim como um caminho contínuo que reflete o grau de garantia fornecido pelo auditor de que as demonstrações financeiras representam fielmente a realidade económico-financeira da empresa. Noutras palavras, auditoria de maior qualidade oferece maior segurança de que o relato financeiro é exato e transparente, aumentando a fiabilidade das demonstrações apresentadas. Assim, fatores como a independência e competência do auditor são apontados na literatura como determinantes da qualidade, na medida em que contribuem para relatórios financeiros mais credíveis.

Por sua vez, o conservadorismo contabilístico é um princípio orientador do relato financeiro que enfatiza a prudência no reconhecimento de ganhos e a pronta contabilização de perdas. Simon e Watts (2003) definem conservadorismo como a exigência de um grau de verificação mais elevado para reconhecer lucros do que para reconhecer perdas, refletindo a máxima tradicional segundo o qual os lucros devem ser reconhecidos apenas quando devidamente comprovados, enquanto as perdas devem ser reconhecidas de forma antecipada. Em termos práticos, este princípio visa evitar otimismo excessivos nas demonstrações financeiras, assegurando que os ativos e rendimentos não sejam sobreavaliados e que eventuais prejuízos sejam reconhecidos atempadamente.

Em suma, a qualidade da auditoria e o conservadorismo contabilístico despontam na literatura como fundamentos da transparência e credibilidade financeiras, atuando de forma complementar na proteção dos interessados e na prevenção de práticas de relato enganosas. É, portanto, importante discutir ambos os conceitos em conjunto: compreender as suas bases teóricas, as evidências empíricas sobre o seu impacto e a forma como se relacionam permite avaliar melhor o seu contributo para a integridade da informação financeira. Este capítulo de revisão de literatura abordará esses dois pilares, explorando as definições e perspectivas oferecidas por autores de referência e evidenciando como a sinergia entre qualidade da auditoria e conservadorismo contabilístico influencia a confiança dos mercados e a eficácia da supervisão financeira.

1 Qualidade da auditoria

A qualidade da auditoria tem sido conceituada de formas distintas na literatura, Deangelo (1981) definiu-a classicamente como a capacidade do auditor em detetar e reportar distorções significativas nas demonstrações financeiras do cliente. No entanto, autores posteriores argumentam que esta visão é limitada por ser essencialmente binária. DeFond e Zhang (2014), por exemplo, sustentam que a qualidade da auditoria deve ser entendida como um constructo contínuo, refletindo o grau de garantia de que as demonstrações financeiras de uma entidade espelham fielmente a sua realidade económico-financeira. Ou seja, auditorias de elevada qualidade fornecem maior certeza de que as contas apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da saúde da empresa, o que aumenta a credibilidade do relato financeiro. Nesta ótica, a responsabilidade por assegurar a qualidade incide diretamente sobre o auditor.

Medir exatamente a qualidade da auditoria apresenta desafios, razão pela qual a investigação recorre a *proxies*. DeFond e Zhang (2014) sugerem que esses indicadores podem ser categorizados em *proxies* de output e *proxies* de input. Os primeiros focam-se em resultados visíveis da auditoria, por exemplo, a frequência de reemissões de demonstrações financeiras, como correções de erros, ou a emissão de opiniões modificadas. Já os indicadores baseados em inputs referem-se a características do processo de auditoria ou do intrínsecas ao auditor, tais como o tamanho da firma, os honorários de auditoria, a especialização setorial do auditor, ou a sua experiência e

independência. A lógica subjacente é que certos atributos do auditor ou da firma podem estar associados a auditorias mais rigorosas e efetivas.

Esta importância da qualidade da auditoria tem vindo a aumentar ao longo dos anos devido ao facto dos investidores terem perdido confiança nos serviços de garantia de fiabilidade, na sequência de um historial de fraudes. De acordo com estatísticas, em 2004, a percentagem de falhas de auditoria foi inferior a 1% e os honorários de auditoria foram inferiores a 0,1% das receitas agregadas dos clientes auditados (Francis, 2004). Embora estas estatísticas não sejam relativamente recentes, a realidade económica que representam continua a ser relevante até aos dias de hoje. Depreende-se então, que o número de falhas em auditoria não é o principal fator de perda de confiança dos investidores, mas sim a sua magnitude. Neste sentido Schelker (2013) dá então uma definição de auditoria como uma revisão aprofundada aos procedimentos internos bem como a fiabilidade da informação apresentada, a qual é essencial para os investidores e outros *stakeholders* da empresa auditada.

No emblemático caso da Arthur Andersen, que era uma das firmas de auditoria mais prestigiadas mundialmente à data, o envolvimento no escândalo Enron que resultou no colapso da empresa em 2002 e numa profunda crise de reputação para a profissão. Os auditores da Arthur Andersen perderam empregos e viram a sua reputação profissional destruída, dado o peso mediático do caso Guo et al. (2022). Este episódio demonstrou como falhas de auditoria, ainda que raras, podem ter consequências sistémicas, que levou aos investidores a questionar a fiabilidade dos relatórios financeiros auditados.

A literatura indica que, após 2002, os auditores adotaram uma postura mais vigilante, por exemplo, aumentou significativamente a proporção de relatórios com opiniões modificadas sobre a continuidade das empresas (Nogler, 2008), refletindo maior cautela na avaliação do risco de fracasso dos clientes. Ou seja, os escândalos financeiros trouxeram à luz a necessidade de reforçar os mecanismos de asseguramento da qualidade das auditorias.

Como resposta a esses eventos, foi implementado nos Estados Unidos da América o *Sarbanes–Oxley Act* (SOX) em 2002, com o intuito de restaurar a confiança nos mercados de capitais e elevar os patamares de qualidade e transparência na auditoria. A SOX introduziu medidas rigorosas, entre as quais, criou o PCAOB (*Public Company Accounting Oversight Board*) para supervisão independente das auditorias, exigiu que

CEOs e CFOs certificassem pessoalmente a fiabilidade das demonstrações financeiras auditadas, tornou obrigatória a existência de controlos internos robustos, reforçou a independência do auditor ao limitar serviços de consultoria prestados a clientes auditados e impondo rotatividade do parceiro de auditoria e agravou as penalizações por fraude financeira. Como refere Martins (2015, p. 6), “o principal motivo da implementação da SOX foi garantir mecanismos de auditoria e segurança confiáveis nas empresas, restabelecer a ética nas operações financeiras nos mercados norte-americanos, bem como proteger os investidores, ampliando a precisão e fiabilidade na divulgação das demonstrações financeiras”, tendo ainda exercido pressão positiva para que a União Europeia adotasse medidas similares de transparência. Também na Europa foram fortalecidos os requisitos de auditoria, alinhando-os com os princípios subjacentes à SOX, através de diretivas europeias que reforçaram a independência do auditor, a criação de comissões de auditoria e a supervisão pública da profissão. Conforme salienta Barrett (2004), a reforma de 2002 visou expressamente “reforçar a independência e a responsabilidade dos auditores, abordando os conflitos de interesse” evidenciados no caso Enron.

A dimensão e a estrutura da firma auditora, nomeadamente pertencerem às Big 4 (Deloitte, PwC, EY e KPMG), são frequentemente apontadas como determinantes da qualidade da auditoria. Em teoria, mais recursos e especialização sustentam auditorias de melhor qualidade. Há evidência de que, no contexto português, empresas auditadas por Big 4 apresentam menor manipulação de resultados, o que sugere maior eficácia na salvaguarda da fiabilidade do reporte (Lopes, 2018). Ainda assim, a evidência é heterogénea e depende do contexto em que se encontram inseridas.

Em auditorias governamentais no Canadá, Cziffra et al. (2024) documentam qualidade inferior nas Big 4, atribuída a menor conhecimento do setor público e a menor esforço. Šodan et al. (2024) mostram, para a Croácia, que os ajustamentos pós-auditoria não diferem significativamente entre Big 4 e não-Big 4, implicando melhoria equivalente da informação financeira. Mas, Jain e Agarwalla (2022), num painel indiano (2011–2020), concluem que o efeito Big 4 varia ao longo do ciclo de vida: é mais forte nas fases iniciais e finais, diluindo-se em crescimento e maturidade. Em suma, ser Big 4 não garante, por si só, maior qualidade; o impacto depende do contexto, da especialização e do esforço efetivamente despendido.

Para além dos fatores mais tangíveis, a qualidade da auditoria é também moldada por fatores contextuais e elementos de subjetividade inerentes ao processo de auditoria. A auditoria não é um ato puramente mecânico, envolve julgamentos profissionais e decisões muitas vezes baseadas na perceção e experiência do auditor. Sunder (1999) destaca que uma das funções primordiais da auditoria é reduzir a assimetria de informação entre as empresas e os utilizadores externos, através da verificação independente da informação reportada. No entanto, essa função é exercida num contexto de elevada subjetividade, visto que o autor alerta que grande parte das decisões dos auditores assenta nas suas crenças e julgamentos pessoais sobre a informação financeira e, também, sobre a situação económica do cliente.

Assim, fatores como a familiaridade ou proximidade excessiva entre auditor e cliente, ou, o seu inverso, uma postura excessivamente cética do auditor, podem afetar a objetividade e, conseqüentemente, a qualidade da auditoria. Do mesmo modo, a competência técnica e a conduta ética do auditor são fatores intrínsecos fundamentais, logo, auditores mais experientes e eticamente rigorosos tendem a identificar e reportar irregularidades com maior eficácia. Além dos atributos do próprio auditor, condições ambientais e incentivos externos também influenciam a qualidade do trabalho de auditoria, como é o caso do risco de litígio enfrentado pelo auditor. Em regimes onde os auditores podem ser responsabilizados judicialmente pelas falhas, espera-se que estes atuem com diligência reforçada para evitar processos, embora que, paradoxalmente, um elevado risco de litígio possa também induzir comportamentos defensivos ou excessivamente conservadores, nem sempre alinhados com a melhoria da qualidade.

Outro fator relevante é a governação corporativa da entidade auditada, isto é, práticas de boa administração governativa, como a existência de comissões de auditoria, ajudam a criar um ambiente de escrutínio que apoia a auditoria na deteção de anomalias, que ajudam a salvaguardar a sua qualidade (Darmawan, 2023). Por sua vez, relações auditor-cliente de longo prazo podem apresentar um duplo efeito, se por um lado a continuidade proporciona um melhor conhecimento do negócio, o que facilita a identificação de riscos, por outro pode gerar excesso de confiança, ameaçando a sua objetividade.

Darmawan (2023) enfatiza que a interação entre qualidade da auditoria, transparência do relato financeiro e governação é complexa, e que fatores como a relação entre auditor e cliente e o risco de litígio podem comprometer a qualidade da auditoria. Em contrapartida, o autor realça que certas medidas regulatórias modernas, tais como metodologias de

auditoria orientadas pelo risco e relatórios de auditoria mais informativos, têm contribuído para mitigar essas ameaças e melhorar a transparência do relato financeiro.

Um exemplo é a introdução das matérias-chave de auditoria (*Key Audit Matters*, KAM) nos relatórios, obrigatória desde 2015, que obriga os auditores a destacar as áreas de maior risco de auditoria e a descrever os procedimentos aplicados. A literatura recente sugere que auditorias de alta qualidade levam a uma apresentação mais rigorosa e precisa dos KAM, o que aumenta a compreensibilidade e a utilidade dos relatórios de auditoria para os *stakeholders* (Neiroukh e Caglar, 2024). Para Mohd Jamil e Mohd Jamil (2023), os KAM são definidos como componentes significativos nos relatórios de auditoria.

O requisito para os KAM foi estabelecido em 2015, obrigando os auditores a identificar riscos significativos de auditoria e explicar os procedimentos aplicados durante as suas práticas. Resumidamente, os KAM são as principais questões de auditoria que requerem atenção substancial do auditor, com o objetivo de aumentar a eficácia comunicativa dos relatórios de auditoria. Ao destacar áreas de preocupação, os KAM visam melhorar a qualidade do relato financeiro e reduzir as incertezas para os investidores, ajudando-os a tomar decisões de investimento mais informadas. Isto reforça a utilidade dos KAM como instrumento de transparência e compreensibilidade no relato financeiro, quando os KAM são divulgados de forma clara e fiável reduzem a assimetria de informação entre gestores e investidores, isto contribui para decisões de investimento mais bem informadas.

Em síntese, a qualidade da auditoria não depende apenas de normas técnicas ou do porte da firma auditora, mas também de elementos humanos e contextuais. Independência, objetividade, competência e ética do auditor são condicionantes para uma auditoria fidedigna. Simultaneamente, fatores como a pressão regulamentar, o ambiente de governação da empresa e os riscos identificados pelo auditor moldam o grau de rigor efetivo de cada auditoria. Conforme evidenciado por King (2023), auditorias de elevada qualidade tendem a reforçar as práticas de gestão de riscos e a estabilidade financeira das empresas auditadas, um testemunho do efeito benéfico que uma auditoria bem conduzida pode ter no ecossistema empresarial como um todo. Portanto, abordar a qualidade da auditoria numa perspetiva holística implica considerar, para além dos indicadores clássicos, estas dimensões mais impercetíveis de contexto e subjetividade, que podem ora potenciar ora limitar o impacto das auditorias na fiabilidade do relato financeiro.

2 Conservadorismo

O conservadorismo contabilístico é tradicionalmente entendido como a prática de reconhecer as perdas de forma mais célere do que os ganhos nas demonstrações financeiras. Em termos práticos, isto reflete uma maior exigência de confirmação para o reconhecimento de ganhos em comparação com perdas. Como exemplifica Basu et al. (1997, p. 4), “perdas não realizadas são reconhecidas antes dos ganhos não realizados”, isto é, perdas potenciais tendem a ser registadas de imediato, enquanto ganhos potenciais apenas são reconhecidos quando efetivamente executados. Consequentemente, os resultados contabilísticos mostram-se mais sensíveis a más notícias do que a boas notícias, evidência empiricamente confirmada pelo próprio autor, que constatou que o lucro é de duas a seis vezes mais sensível a retornos negativos do que a retornos positivos.

Na literatura distinguem-se duas vertentes principais de conservadorismo: o conservadorismo condicional, que se refere precisamente a essa assimetria dependente de eventos, ou seja, as perdas económicas são reconhecidas prontamente quando ocorrem enquanto os ganhos só são reconhecidos quando existem evidências objetivas suficientes. Este tipo de conservadorismo está subjacente às métricas propostas por Basu et al. (1997) para aferir a tempestividade assimétrica no que toca a perdas contra ganhos. Por outro lado, o conservadorismo incondicional consiste numa prudência contabilística prévia aos eventos, através da adoção de políticas e estimativas que tendem a subavaliar ativos ou sobreavaliar passivos de forma sistemática, independentemente de novas informações. Exemplos incluem a depreciação acelerada de ativos, o reconhecimento imediato de despesas de Investigação e Desenvolvimento, ou a não capitalização de intangíveis, o que conduz a valores de ativos mais baixos.

Embora distintos nos seus mecanismos, tanto o conservadorismo condicional quanto o incondicional são vistos como mecanismos que favorecem a fiabilidade e a proteção dos utilizadores da informação financeira, ao evitar otimismo excessivos nos relatórios. Como evidencia Simon e Watts (2003), ambos funcionam como instrumentos eficientes de contratualização, pois reduzem o valor líquido dos ativos reportados e limitam os comportamentos oportunistas da gestão.

Entre as métricas utilizadas para medir o conservadorismo condicional, destaca-se o *C_Score*, proposto por Khan e Watts (2009), que visa medir o grau de conservadorismo a nível individual da empresa, ajustado ao risco e ao ciclo económico, o que permitiu

captar variações temporais e entre empresas. O *C_Score* baseia-se na estimativa de uma regressão modificada, incorporando variáveis como o tamanho da empresa, a razão preço-valor contabilístico ou a alavancagem. A sua principal vantagem reside no facto de permitir a obtenção de uma medida de conservadorismo ajustada à firma e ao período em análise, facilitando comparações mais precisas em análises empíricas.

Huh et al. (2021) definem conservadorismo como prática de reconhecer despesas e passivos o mais rapidamente possível, enquanto as receitas e ativos só são reconhecidos quando estão assegurados. Isto visa prevenir a sobreavaliação da saúde e do desempenho financeiro, assegurando que as demonstrações financeiras apresentam um quadro mais fiável aos *stakeholders*. Para tal na sua pesquisa resolveu criar o *C_Score* como uma ferramenta para a medição de conservadorismo, isto é, utiliza uma medida para quantificar o conservadorismo nas demonstrações financeiras das empresas auditadas. Esta pontuação é modificada para se adequar às condições específicas da Coreia e inclui vários fatores como depreciação, despesas de crédito malparado e perdas por imparidades de ativos, que são conhecidos por refletirem práticas contabilísticas conservadoras. Assim, neste trabalho, será utilizado o *C_Score* como *proxy* alternativa de conservadorismo contabilístico, de modo a capturar as diferenças na prudência contabilística entre empresas cotadas do *STOXX Europe 600*.

Várias literaturas sustentam que o conservadorismo emergiu precisamente devido a estas funções económicas e institucionais. Simon e Watts (2003) apontam que fatores como a responsabilidade legal dos auditores, a pressão fiscal e a própria regulação contabilística contribuíram historicamente para reforçar práticas conservadoras. Por exemplo, em contextos onde auditores e gestores enfrentam elevado risco de litígio por sobrestimação de resultados, há um incentivo acrescido para adotar critérios prudentes de relato, de modo a prevenir reclamações futuras.

Efetivamente, Basu et al. (1997) documentou que o grau de conservadorismo aumentou ao longo das décadas em paralelo com o aumento da exposição legal dos auditores nos EUA. O que sugere que o ambiente institucional e legal molda o nível de prudência contabilística, logo, quanto maior o risco de ações judiciais e os custos de apresentar demonstrações incorretas, maior a tendência para relatórios conservadores. Mas, por exemplo, Shaalan Jabbar (2019) destaca que a prática do conservadorismo é impulsionada pela incerteza envolvente e funciona como um mecanismo para formalizar contratos com

parceiros e evitar riscos de litígio em caso de desempenho sobrestimado, além de trazer benefícios fiscais.

Contudo, há autores que defendem que o conservadorismo não é sinónimo de boas práticas contabilísticas, ou que melhoram a qualidade da auditoria. Caylor e Chambers (2015) não nega que o conservadorismo é positivo para a qualidade do relato financeiro e consequentemente das auditorias, mas uma contabilidade excessivamente conservadora pode criar reservas para a gestão de resultados futuros, e permite, assim, que as empresas manipulem os lucros reportados, ao sobrestimar principalmente subsídios, ou cobranças duvidosas. O que o autor chama de “*cookie jar*” e que não deixa de ser, essencialmente, reservas ocultas que as empresas constroem por serem excessivamente conservadoras nas suas práticas contabilísticas. Significa isto que podem subestimar os seus ativos líquidos ou sobrestimar certas contas para criar um amortecedor para a gestão de resultados futuros. Naturalmente a consequência é pejorativa para a qualidade da auditoria, visto ser um comportamento que complica o papel do auditor, já que se torna desafiador diferenciar as práticas contabilísticas legítimas das manipulativas.

Neste sentido, os auditores precisam de estar vigilantes sobre práticas contabilísticas excessivamente conservadoras, pois estas podem indicar a presença de reservas de “*cookie jar*”. Devem procurar justificações válidas para tais tratamentos conservadores para conseguir prevenir possíveis manipulações dos rendimentos.

Francis e Krishnan (1999) consideram que a grande dificuldade apresentada no que diz respeito ao conservadorismo e à qualidade da auditoria dá-se em empresas com elevados acréscimos (*accruals*), devido, naturalmente à subjetividade das estimativas, dado que não podem ser verificadas objetivamente pelos auditores antes da sua ocorrência. Um dos debates centrais em torno do conservadorismo contabilístico relaciona-se com o seu impacto na utilidade e fiabilidade da informação financeira fornecida aos utilizadores. Por um lado, a prudência tem sido tradicionalmente considerada uma qualidade desejável para assegurar a fiabilidade, ao evitar otimismo sem fundamento, a informação financeira torna-se mais credível e menos sujeita a revisões ou surpresas negativas futuras.

O *Conceptual Framework* original do FASB já reconhecia a importância do ceticismo em situações de incerteza, recomendando maior rigor no reconhecimento de ganhos face a perdas. Na prática, o conservadorismo contribui para a fiabilidade, assegurando que

ativos e lucros não estão sobreavaliados, nem perdas ocultadas. Evidências empíricas (Huh et al., 2021) associam o conservadorismo a menor gestão de resultados e maior persistência dos lucros, além de maior utilidade preditiva ao reconhecer perdas atempadamente e evitar surpresas negativas aos investidores. Por outro lado, importa notar que um conservadorismo excessivo pode afetar a relevância da informação, isto se ganhos economicamente importantes forem sistematicamente omitidos ou adiados, as demonstrações financeiras podem deixar de refletir a verdadeira performance da empresa em tempo útil.

Cziffra et al. (2024) apontam que a existência de reservas ocultas acumuladas, decorrentes de políticas demasiado conservadoras pode levar a distorções temporárias na relação entre resultados e preço das ações, dado que parte do desempenho real da empresa pode já estar refletido no preço de mercado embora não no lucro contábilístico. Esta ressalva evidencia a necessidade de equilíbrio, ou seja, a prudência melhora a fiabilidade e a proteção contra riscos, mas deve ser exercida de forma a não sacrificar em demasia a relevância e utilidade da informação para a tomada de decisão dos utilizadores.

A postura conservadora pode manifestar-se na própria conduta dos auditores durante o processo de revisão de contas. Auditores com maior descarte ao risco tendem a assumir uma abordagem mais conservadora na emissão das suas opiniões. Isso pode traduzir-se, por exemplo, numa maior propensão a incluir reservas nos relatórios quando identificam incertezas significativas, ou mesmo a emitir pareceres com opiniões com ressalvas perante situações de dúvida. Essa cautela profissional procura salvaguardar tanto a fiabilidade do relato financeiro quanto a responsabilidade do auditor.

Um caso concreto desta dinâmica é analisado por Elshafie et al. (2023) no contexto da comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório de auditoria. Investigou-se se os auditores utilizam a divulgação de KAM de forma oportunista ou de forma objetiva, ligada à qualidade da informação reportada e à sua própria filosofia conservadora. Os resultados empíricos indicam que os auditores não reportam os KAM meramente para se resguardar de litígios, pelo contrário, há maior tendência para reportar KAM quando a qualidade do relato financeiro do cliente é baixa e quando o próprio auditor adota uma postura mais conservadora. Noutras palavras, um auditor conservador está mais inclinado a assinalar questões críticas como reflexo de uma preocupação com a qualidade e fiabilidade do relato financeiro. Outro aspeto em que o conservadorismo se liga à auditoria é na emissão de opiniões e julgamentos associados à continuidade. Os auditores

frequentemente enfrentam o dilema de, diante de incertezas sobre a continuidade da empresa, optar ou não por incluir um parágrafo de continuidade nos relatórios. Uma abordagem conservadora ditaria que, na dúvida, o auditor deve inclinar-se a alertar os utilizadores para riscos significativos de continuidade, mesmo que tal possa revelar-se um falso alarme caso a empresa supere as dificuldades, assim, os auditores estão a privilegiar a transparência e a prudência.

Em conclusão, o conservadorismo contabilístico e a auditoria reforçam-se mutuamente numa ótica de qualidade do relato, isto é, demonstrações financeiras mais prudentes tendem a facilitar a auditoria, ao passo que auditores conservadores incentivam e valorizam práticas contabilísticas prudentes. Esta sinergia contribui para melhorar a confiança do mercado na informação financeira divulgada, reduzindo assim a assimetria de informação e protegendo os *stakeholders*.

3 Interseção Conservadorismo–Auditoria

A literatura reconhece que o conservadorismo contabilístico e a qualidade da auditoria mantêm uma relação recíproca, influenciando-se mutuamente na fiabilidade do relato financeiro. À luz da Teoria da Sinalização (Spence, 1973), a adoção de políticas contabilísticas conservadoras pode funcionar como um sinal fiável dado pela gestão aos auditores e *stakeholders*, porque evidencia prudência na condução financeira e reduz as assimetrias de informação. Quando uma empresa opta voluntariamente por práticas conservadoras, transmite ao auditor uma imagem de maior transparência e rigor, o que tende a reforçar a confiança do auditor na qualidade das demonstrações financeiras, criando uma base sólida na relação entre ambos. Deste modo, o conservadorismo surge como um mecanismo que mitiga o risco na perceção que o auditor tem e, então, garante que a empresa apresenta menor propensão a distorções contabilísticas que possam comprometer a veracidade do relato.

Do ponto de vista do auditor, existem evidências de que demonstrações financeiras conservadoras facilitam o processo de supervisão e reduzem os riscos associados à auditoria. Simon e Watts (2003) argumentam que o conservadorismo contabilístico limita o comportamento oportunista na preparação das contas, uma vez que exige critérios mais rigorosos para o reconhecimento de ganhos do que de perdas. Esta assimetria contribui para reduzir a tendência para sobrevalorizações de resultados. Em termos práticos, traduz-

se numa menor probabilidade de distorções materiais: empresas mais conservadoras apresentam menos casos de manipulação de resultados e uma menor necessidade de reformulações futuras das contas. O conservadorismo, assim, protege também o auditor, ao reduzir a exposição a riscos de litigância e prejuízos reputacionais, sobretudo em situações onde auditorias falham na deteção de sobreavaliações significativas ou, até, em colapsos inesperados.

Por outro lado, auditores mais conscientes dos riscos tendem a favorecer práticas contabilísticas prudentes nos seus clientes, como forma de prevenção face a potenciais problemas futuros. Auditores com elevada qualidade, como é o caso das Big 4, impõem critérios mais rigorosos no reconhecimento de resultados ao limitar a flexibilidade contabilística e gestão de resultados. Paralelamente, as comissões de auditoria interna desempenham um papel determinante nesse reforço da prudência. Krishnan e Visvanathan (2008) demonstram que a presença de membros com formação e experiência contabilística nestas comissões está positivamente associada a níveis mais elevados de conservadorismo nas demonstrações financeiras. Em concreto, as comissões compostas por peritos contabilísticos exercem uma supervisão mais eficaz sobre as políticas contabilísticas adotadas pela empresa, favorecendo práticas prudentes. Isto decorre do facto dos seus membros compreenderem melhor os benefícios associados ao conservadorismo e de terem incentivos reputacionais para exigir maior cautela na elaboração dos relatórios financeiros. Neste sentido, auditoria externa e interna cruzam-se, promovendo a adoção de práticas conservadoras pela gestão, ao reconhecerem no conservadorismo um sinal de qualidade da informação financeira.

No caso português, caracterizado por um quadro jurídico com forte influência do direito, importa questionar se esta interseção entre conservadorismo e auditoria também se verifica. A evidência empírica mais recente parece confirmar essa relação, Alves e Carmo (2022), numa análise com empresas cotadas portuguesas, mostram que a combinação de uma auditoria de elevada qualidade com mecanismos internos de supervisão ativa favorece a adoção de práticas conservadoras no relato financeiro. Em particular, concluem que empresas auditadas por uma Big 4 e supervisionadas por uma comissão de auditoria no conselho de administração evidenciam um grau significativamente maior de conservadorismo contabilístico. Este resultado sugere que, mesmo num país com menor risco legal, os auditores de prestígio mantêm incentivos para exigir relatórios mais prudentes, colaborando com as comissões de auditoria no reforço da prudência

contabilística. É igualmente relevante observar que as empresas portuguesas auditadas pelas Big 4 tendem a reconhecer perdas de forma mais célere e a apresentar menores níveis de acréscimos discricionários quando comparadas com aquelas auditadas por firmas de menor dimensão. Alves e Carmo (2022) sublinham ainda que esta exigência de maior conservadorismo se torna mais acentuada em empresas em fase de forte crescimento, nas quais os riscos de práticas oportunistas são superiores, o que leva os auditores a reforçar os mecanismos de controlo e prudência para assegurar a qualidade do reporte.

Em suma, a realidade portuguesa confirma a articulação teórica entre conservadorismo e auditoria: os auditores veem no conservadorismo contabilístico um atributo essencial da qualidade da informação financeira e incentivam a sua adoção, enquanto o conservadorismo, por sua vez, facilita o exercício de uma auditoria rigorosa e eficaz. Por um lado, o conservadorismo influencia a perceção do auditor e reduz os riscos associados à certificação das contas. Por outro, a auditoria de qualidade molda o grau de conservadorismo aplicado, através de orientações, exigências e estruturas de governação que favorecem a prudência e a transparência.

Com base em resultados empíricos, tanto internacionais (Watts, 2003; Krishnan e Visvanathan, 2008) como nacionais (Alves e Carmo, 2022), esta interseção emerge como um vetor fundamental na promoção da qualidade da informação financeira. Este enquadramento servirá de base ao capítulo seguinte, onde se analisará de forma mais aprofundada o Contexto Português. Neste âmbito, serão consideradas as especificidades regulatórias e institucionais do país, de modo a compreender como se expressa esta interligação num mercado com menor proteção legal aos *stakeholders* mas com uma presença significativa de auditorias externas de renome.

4 Desenho da investigação e hipóteses

4.1 Questão da investigação

A presente investigação procura responder à seguinte questão central: “Empresas mais conservadoras contabilisticamente são sujeitas a auditorias de maior qualidade (medida pelos honorários)?”

O conservadorismo contabilístico tem sido tradicionalmente entendido como a inclinação do sistema contabilístico para reconhecer perdas de forma mais célere e exigente do que ganhos de valor equivalente (Basu, 1997). Esta característica traduz-se numa tempestividade assimétrica e é considerada um dos princípios mais persistentes da contabilidade financeira (Watts, 2003). Trabalhos subsequentes, como Khan e Watts (2009), desenvolveram medidas que operacionalizam o conservadorismo a partir das características económicas das empresas, ao passo que Byzalov e Basu (2016) propõem versões baseadas em *accruals* que captam a prudência na prática. De uma perspetiva conceptual, o conservadorismo cumpre a proteção dos credores ao mitigar o risco de sobrevalorização de ativos, restringir a discricionariedade na apresentação dos resultados e reduzir assimetrias de informação entre gestores e utilizadores das demonstrações financeiras.

Por sua vez, a qualidade da auditoria não é diretamente observável, mas é entendida como um constructo contínuo e multidimensional que traduz o grau de confiança de que as demonstrações financeiras refletem fidedignamente a posição económica da entidade (Francis, 2004; DeFond e Zhang, 2014). Neste contexto, os honorários de auditoria surgem como uma das *proxies* mais robustas, o que se reflete tanto o risco percebido pelo auditor como a extensão do trabalho necessário (Hay et al., 2006). Honorários de auditoria mais elevados podem indicar uma auditoria de maior extensão ou profundidade, resultante da necessidade de testar áreas de maior risco ou de aplicar procedimentos adicionais para garantir fiabilidade. Assim, partindo da perspetiva de Deangelo (1981), segundo a qual a qualidade da auditoria é o produto entre a probabilidade de deteção de erros e a disposição para os divulgar, os honorários de auditoria captam o custo económico desse nível de qualidade. Assim, ao utilizar os honorários de auditoria como *proxy* da qualidade da auditoria, este trabalho assume que a maior prudência contabilística

conduz a um processo de auditoria mais rigoroso, refletindo-se num acréscimo de honorários de auditoria que justifica o esforço acrescido exigido aos auditores.

A ligação entre os conceitos resulta de uma troca teórica, ou seja, maior conservadorismo pode reduzir o risco percebido, levando a menores honorários de auditoria, mas também pode aumentar o esforço requerido para validar imparidades, estimativas e provisões, o que resulta em custos de auditoria superiores. Assim, o efeito líquido não é trivial e deve ser testado empiricamente.

4.2 Hipóteses de investigação

Assente na literatura de honorários como função do risco e do esforço do auditor, e na ambivalência teórica do efeito do conservadorismo contabilístico sobre esse esforço, formulamos as nossas hipóteses de investigação. Estas assentam em evidência consolidada, ou seja, o conservadorismo, entendido como reconhecimento assimétrico de perdas, reduz risco informacional (Basu, 1997) e foi operacionalizado ao nível empresarial por Khan e Watts (2009), enquanto a precificação dos honorários de auditoria decorre do risco e do esforço de auditoria (Simunic, 1980), sendo que contextos com maior juízo e estimativas tendem a exigir mais procedimentos e especialistas (DeFond & Zhang, 2014), daqui decorre a H1.

Em empresas menores, a menor formalização de controlos e a maior dependência de testes substantivos amplificam o impacto da prudência nos procedimentos (Knechel et al., 2015), o que sustenta H2. Na presença de maior alavancagem, a relevância contratual do conservadorismo intensifica o escrutínio a imparidades e provisões (Byzalov & Basu, 2016), suportando H3.

A heterogeneidade institucional europeia implica que, onde o *enforcement* é mais fraco, o auditor atua como mecanismo substituto de governação, reforçando H4. Por fim, a diferenciação de qualidade e risco reputacional nas Big 4, teoricamente antecipada por Deangelo (1981) e documentada em evidência internacional por Francis (2004), torna o efeito da prudência nos honorários de auditoria mais saliente (H5). Logo:

H1: Empresas com maior conservadorismo contabilístico apresentam honorários de auditoria mais elevados.

H2: O efeito do conservadorismo diminui com a dimensão da firma.

H3: O efeito do conservadorismo é mais forte quando a alavancagem é elevada.

H4: O efeito do conservadorismo é mais forte em ambientes regulatórios mais fracos.

H5: O efeito do conservadorismo é mais forte em firmas auditadas por Big 4.

5 Dados: a Amostra e as Variáveis

5.1 Amostra

A amostra da investigação abrange as empresas integrantes do índice *STOXX Europe 600*, ou seja, a 600 sociedades cotadas de grande capitalização em mercados europeus. Em particular, consideram-se observações anuais de 2018 até 2024 para cada empresa. Após a recolha e consolidação dos dados, a amostra final inclui 595 empresas distintas e 4.165 observações empresa-ano, pois algumas empresas não apresentam informação disponível em todos os anos do intervalo.

Os dados utilizados nesta dissertação foram obtidos de múltiplas fontes, compilados num ficheiro Excel disponibilizado. As variáveis financeiras e de mercado foram recolhidas maioritariamente de bases de dados Orbis complementada com dados de mercado e com o indicador *Regulatory Quality* do *World Bank* ao nível do país. Adicionalmente, informações específicas de auditoria foram obtidas nos relatórios anuais das empresas, disponíveis nos websites na área de relações com investidores de cada empresa, quando não constavam das bases de dados.

Em concreto, dados como honorários de auditoria, a opinião do auditor e a identidade da firma de auditoria foram extraídos dos relatórios e contas de 2018-2024 de cada empresa, ou de fontes secundárias que compilam estes indicadores. Como as empresas da amostra reportam em diversas moedas, procedeu-se à conversão dos valores monetários relevantes para uma moeda comum, o Euro (EUR), usando as taxas de câmbio finais anuais referentes a cada ano de reporte.

Foram removidas observações sem variáveis-chave, como honorários de auditoria, ou ativos mantendo-se apenas registos com qualidade suficiente para estimação.

5.2 Variável independente: Conservadorismo Contabilístico

O conservadorismo contabilístico é operacionalizado nesta investigação através de um C_Score ao nível firma-ano, numa variante alinhada com os autores Byzalov e Basu (2016). Este indicador capta uma tendência prudente nos relatos financeiros, entendida como a maior tempestividade no reconhecimento de perdas relativamente a ganhos de valor equivalente (Basu, 1997). A sua utilização justifica-se por permitir construir uma medida quantitativa do conservadorismo ao nível microeconómico, comparável entre empresas e períodos, em linha com os avanços de Khan e Watts (2009) e posteriores desenvolvimentos baseados em *accruals*.

Por conseguinte, o C_Score^{BBk} é obtido com recurso aos *accruals* discricionários (DA) estimados segundo o modelo de Kothari et al. (2005). Este modelo representa uma evolução da abordagem de Jones (1991), ao incorporar o ajustamento pelo desempenho (ROA) e, assim, reduzir desvios de especificação. Tal escolha garante maior precisão na estimativa da componente discricionária dos *accruals*, que serve de input na construção do indicador de prudência.

Operacionalizamos o conservadorismo não condicional com base na magnitude de *accruals* discricionários ($|DA|$) estimados por indústria×ano via Kothari et al. (2005), winsorizados (1–99) e padronizados (z). Designamos esta *proxy* por AC_Score . Esta medida difere do C_Score de Khan & Watts (2009), baseado em retornos.

- (i) estima-se $|DA|$ por indústria×ano segundo Kothari et al. (2005);
- (ii) constrói-se o $C_Score_{i,t}^{BBk}$ com base nesses *accruals*;
- (iii) aplica-se winsorização 1–99 às variáveis contínuas;
- (iv) procede-se à padronização (z-score) do C_Score (amostra total) para comparabilidade, obtendo-se $AC_{Score_{w,i,t}^{BBk}}$.

5.3 Variável dependente - Qualidade da Auditoria

A qualidade da auditoria é um constructo não observável diretamente, traduzindo o grau de garantia de que as demonstrações financeiras representam de forma fidedigna a posição económico-financeira da entidade (Francis, 2004; DeFond e Zhang, 2014). Por esse motivo, a investigação empírica recorre a *proxies* que captam dimensões relevantes

do processo de auditoria. Nesta dissertação, a variável dependente adotada corresponde aos honorários de auditoria ($\ln Fee$), considerados a medida empiricamente mais robusta na amostra analisada e conceptualmente consistentes com a perspetiva de que refletem, em simultâneo, o esforço de verificação e o prémio de risco associado ao cliente. De acordo com DeFond e Zhang (2014), os honorários de auditoria são frequentemente usados como uma *proxy* da qualidade da auditoria, por captarem o nível de esforço do auditor, que está intrinsecamente ligado à qualidade.

A variável é definida como o logaritmo natural dos honorários de auditoria anuais de auditoria convertidos em euros, de modo a reduzir a dispersão e facilitar a interpretação dos coeficientes. A escolha de $\ln Fee$ encontra fundamento na literatura que reconhece os honorários de auditoria como resultado de um processo de precificação assente numa abordagem baseada no risco, em que a avaliação do risco do cliente determina a extensão dos procedimentos de auditoria necessários.

$$\ln Fee_{\{i,t\}} = \ln \left(Fee_{\{i,t\}}^{\{EUR\}} \right) \quad [1]$$

A escolha de $\ln Fee$ como variável dependente principal decorre do enquadramento sintetizado na Revisão da Literatura, a qual justifica que a qualidade da auditoria é um constructo não observável diretamente, mas manifesta-se no nível da garantia prestada pelo auditor e na forma como este precifica o risco específico do cliente. Nesta ótica, os honorários de auditoria resultam da combinação entre o esforço esperado e o preço do risco, sendo, por isso, uma *proxy* de qualidade quando os determinantes económicos do cliente e o contexto institucional estão devidamente controlados.

No plano conceptual, tal como é discutido na revisão, características económico-financeiras do cliente afetam simultaneamente o risco e o esforço do auditor, e, por conseguinte, os honorários de auditoria. Entre as determinantes de controlo incluem-se: dimensão, alavancagem, rentabilidade, complexidade organizacional, oportunidades de crescimento, e estrutura de ativos. Ao nível institucional, a qualidade regulatória capta diferenças de execução e práticas de reporte. A natureza do auditor (Big 4 ou não) reflete padrões de prática e estrutura de custos diferenciados. Em conjunto, estes controlos alinham-se com a literatura que estrutura os determinantes de honorários de auditoria e permitem isolar, na medida do possível, o efeito da variável de interesse.

5.4 Variáveis moderadoras

Nesta dissertação analisam-se moderadores que podem condicionar a relação entre conservadorismo contabilístico e a *proxy* de qualidade da auditoria, que no caso são os honorários de auditoria. Os moderadores contemplam características da firma e do enquadramento institucional ou da firma de auditoria.

A literatura identifica um conjunto de determinantes clássicos dos honorários de auditoria, que são incorporados como variáveis de controlo para isolar o efeito da variável de interesse:

Size: dimensão da empresa, medida por \ln (Ativos Totais) em t

LEV: alavancagem financeira, dívida/ativos em t

RQ (Regulatory Quality);: valores mais altos indicam ambiente regulatório mais forte

Big4: indicador (=1 se o auditor pertence às Big 4; 0 caso contrário)

A dimensão da empresa é captada pelo logaritmo natural do total do ativo. Empresas maiores tendem a apresentar sistemas de reporte mais desenvolvidos, mas simultaneamente maior complexidade operacional, o que aumenta a necessidade de trabalho de auditoria.

A alavancagem corresponde à razão entre dívida total e ativos. Níveis mais elevados de endividamento intensificam a monitorização por parte dos credores e elevam os incentivos à gestão de resultados, aumentando a relevância do conservadorismo e a extensão do trabalho de auditoria.

A qualidade regulatória do país é medida através do indicador *Regulatory Quality* do *World Bank*, que reflete a robustez institucional e o grau de cumprimento esperado. Em contextos institucionais fortes, a prática conservadora é mais difundida e o seu benefício marginal poderá ser reduzido. Em ambientes regulatórios frágeis, o conservadorismo fornece sinalizações adicionais, com maior impacto no risco percebido pelo auditor.

Por fim, o tipo de auditor é considerado através de uma variável indicadora para as quatro maiores firmas internacionais, as Big 4. Estes auditores caracterizam-se por padrões de qualidade mais homogêneos e por um prémio de honorários de auditoria associado à sua marca, o que pode mitigar parcialmente o efeito do conservadorismo nos honorários de auditoria. Big4 apresenta média de 0,991, indicando variabilidade residual (apenas cerca

de 1% não-Big4). Esta quase constância limita a potência estatística. Reporta-se H5 com cautela: espera-se sinal positivo, mas a probabilidade de não rejeitar H0 é elevada por razões amostrais.

Estas variáveis de controlo alinham-se com a literatura e asseguram que a relação central entre conservadorismo contabilístico e qualidade da auditoria não é confundida por fatores estruturais da empresa, do país ou do auditor.

6 Modelos

6.1 Modelo Base

Então, tal como constatado, a qualidade da auditoria é aferida pelos honorários de auditoria, e, assim, o uso de $\ln Fee$ como *proxy* de qualidade apoia-se na literatura que relaciona honorários de auditoria com esforço e experiência do auditor, e consequentemente com qualidade do serviço prestado. Por exemplo, Francis (2004) observa que honorários de auditoria mais elevados refletem maior empenho, devido, sobretudo, a mais horas de auditoria ou maior especialização técnica, e tendem a implicar auditorias de maior qualidade.

Da mesma forma, DeFond e Zhang (2014) afirmam que os honorários de auditoria são frequentemente utilizados como *proxy* de qualidade porque medem o nível de esforço do auditor, um input intimamente ligado à qualidade da auditoria. De facto, há evidência de um prémio de honorários de auditoria das Big 4 cobrado pelas grandes firmas internacionais (Donovan et al., 2014), o qual se justifica pela qualidade diferenciada que essas firmas entrega, mas também pela reputação das mesmas. Assim, considera-se que maiores honorários de auditoria sinalizam maior qualidade da auditoria prestada.

$$\ln Fee_{\{i,t\}} = \alpha + \beta_1 Cons_{\{i,t\}} + \beta_2 Size_{\{i,t\}} + \beta_3 Lev_{\{i,t\}} + \beta_4 RQ_{\{c,t\}} + \beta_5 Big4_{\{i,t\}} + FE + \varepsilon_{\{i,t\}} \quad [2]$$

$\beta_1 > 0$ (H1: efeito médio do conservadorismo nos honorários de auditoria).

No contexto de auditoria, espera-se que o coeficiente associado ao conservadorismo (β_1) seja positivo. Apesar de reduzir o risco informacional, as políticas contabilísticas mais conservadoras geram maior volume de imparidades, provisões e ajustamentos, que necessitam de verificação detalhada. Esse processo implica maior esforço de auditoria e,

consequentemente, honorários de auditoria mais elevados. Francis (2004) e DeFond e Zhang (2014) destacam que os honorários de auditoria refletem não apenas o risco percebido, mas também o trabalho adicional requerido para confirmar a fiabilidade das estimativas. Do mesmo modo, Hay et al. (2006) evidenciam que maior complexidade e ajustamentos conduzem a honorários de auditoria mais altos. Adicionalmente, Byzalov e Basu (2016) sugerem que empresas conservadoras, ao reconhecerem más notícias de forma mais célere, expõem os auditores a um maior número de pontos de verificação. Assim, a literatura apoia a expectativa de que maior conservadorismo contabilístico conduza a honorários de auditoria mais elevados, refletindo o esforço suplementar exigido ao auditor. Então espera-se que a sua correlação, entre Conservadorismo e Qualidade de Auditoria, seja positiva.

$\beta_2 < 0$ (H2: moderação negativa de Size: efeito enfraquece em firmas maiores).

Um sinal negativo significa que, à medida que a dimensão aumenta, o impacto marginal do conservadorismo nos honorários de auditoria diminui. Empresas maiores têm controlos mais formalizados, dados mais estruturados e maior possibilidade de testes de controlo; por isso, o acréscimo de trabalho gerado pela prudência é relativamente menor do que em empresas pequenas, onde a auditoria depende mais de testes substantivos.

$\beta_3 > 0$ (H3: moderação positiva de LEV: efeito reforça com mais alavancagem).

Um sinal positivo indica que o efeito do conservadorismo nos honorários de auditoria aumenta quando a alavancagem é mais elevada. Mais dívida implica maior pressão contratual e monitorização por credores; o auditor intensifica o escrutínio de imparidades, provisões e continuidade, pelo que a prudência amplia ainda mais o trabalho necessário e, consequentemente, o preço.

$\beta_4 < 0$ se a escala de RQ for “valores maiores = ambiente mais forte”; assim, um ambiente mais fraco, ou seja, RQ baixo reforça o efeito (H4).

Se a escala de RQ for crescente com a força regulatória, então um β_4 negativo significa que, quanto mais forte o ambiente, menor é o efeito do conservadorismo; logo, em ambientes mais fracos (RQ baixo) o efeito é mais intenso, como se espera.

$\beta_5 > 0$ (H5: inclinação de Cons mais íngreme quando Big4=1).

Um sinal positivo indica que, quando o auditor é Big 4, a inclinação de lnFee face a Cons é mais abrupta do que em auditores não-Big4. A combinação de exigência metodológica,

materialidades mais estritas e maior exposição reputacional, ou jurídica faz com que, em contextos mais prudentes, sejam requeridas evidências adicionais e testes mais extensos.

6.2 Tratamento de dados

O conjunto de dados utilizado nesta investigação resulta da combinação de duas fontes principais. As variáveis diretamente relacionadas com a auditoria, nomeadamente os honorários de auditoria, a firma auditora e a opinião de auditoria, foram recolhidas manualmente a partir dos relatórios anuais das empresas do STOXX Europe 600 no período 2018–2024. As restantes variáveis financeiras, contabilísticas e de mercado foram obtidas através da base de dados Orbis, complementadas por indicadores institucionais ao nível do país quando aplicável. Após a consolidação das várias fontes, procedeu-se à harmonização e limpeza dos dados, incluindo a conversão de todas as variáveis monetárias para euros, a uniformização dos formatos numéricos e o tratamento de valores extremos. A seguinte base harmonizada serviu de suporte às estimações econométricas realizadas no software Stata:

Harmonização monetária e unidades: Os honorários de auditoria são convertidos para EUR antes de qualquer transformação. Variáveis monetárias e contagens, como por exemplo, número de subsidiárias, são reorganizadas quando necessário para garantir comparabilidade entre entidades e ao longo do tempo.

Transformações funcionais: Aplicam-se logaritmos naturais às variáveis com forte assimetria: $\ln Fee = \ln(Fee^{EUR})$; $Size = \ln(Assets)$ e $\ln Sub = \ln(n^{\circ} desubsi\acute{a}rias)$. Esta transformação estabiliza a variância e permite interpretação semi-elástica dos coeficientes nos modelos com dependente em log.

Outliers e padronização: Para as estatísticas descritivas aplica-se winsorização bicaudal a 1–99 nas variáveis contínuas. Esta distinção reduz a influência de valores extremos e facilita a comparação de magnitudes entre variáveis.

Tratamento de separadores numéricos: A base foi harmonizada para um único padrão de separadores, assim converteram-se todos os valores numéricos com vírgula ou ponto inconsistentes. Removeram-se separadores de milhar (./,/espaço), normalizou-se o separador decimal e converteram-se negativos entre parênteses para sinal “-”.

Construção de variáveis:

- (i) Alavancagem (LEV2) = Dívida Total / Ativos.
- (ii) EBITDA_m = EBITDA / Vendas.
- (iii) Tobins_Q conforme disponibilizado na base.
- (iv) $recv_assets = Clientes / Ativos$.
- (v) Big 4 codificada como dummy (=1 se Deloitte, EY, KPMG ou PwC).
- (vi) Accruals discricionários ($|DA|$) estimados por indústria×ano via Kothari et al. (2005), utiliza-se o valor absoluto do resíduo $|DA|$ e winsorização 1–99. Estes accruals são ainda incorporados na construção do AC_Score (variante BBk) utilizado como variável explicativa.

Não se recorreu a imputação, isto é, observações sem variáveis-chave, como os honorários de auditoria, ou ativos são removidas *listwise*.

6.3 Validação e Diagnóstico dos modelos

Esta secção documenta os procedimentos de validação, diagnóstico e robustez adotados nas estimações, assegurando a consistência dos resultados e a adequação das especificações.

6.3.1 Multicolinearidade

A seguinte tabela apresenta os índices VIF que permite aferir potenciais problemas de multicolinearidade antes das estimações principais. Os VIF são calculados após o mesmo tratamento de dados aplicado no estudo, assegurando coerência entre diagnóstico e modelos reportados adiante.

Tabela 1 - Multicolinearidade (VIF)

Variable	VIF	1/VIF
Size	2.11	0.475017
ln_sub	1.73	0.579597
Tobins Q	1.61	0.619706
EBITDAm	1.44	0.696849
recv_assets	1.43	0.700408
LEV2	1.18	0.848502
RQ	1.06	0.945090
big4_dummy	1.02	0.980332
ACscoreBBk	1.01	0.989562
Mean VIF	1.40	

A presença de multicolinearidade foi avaliada através do cálculo de fatores de inflação da variância (VIF) e da comparação da estabilidade de sinais e significância dos coeficientes em diferentes especificações do modelo. Não foram detetadas evidências de multicolinearidade relevante, assegurando a fiabilidade das estimações.

7 Apresentação dos Resultados

Esta secção apresenta a evidência empírica em quatro etapas: estatísticas descritivas e correlações das variáveis, estimações do modelo base com interpretação do coeficiente associado ao conservadorismo contabilístico (Cons), análises de heterogeneidade (H2–H5) e verificações de robustez e avaliação do significado económico dos efeitos estimados.

7.1 Estatísticas descritivas e correlações

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis incluídas no modelo empírico, com a amostra trabalhada conforme descrito anteriormente, sintetizando informação relativa à média, desvio-padrão, mínimo e máximo para as variáveis do e(sample) da regressão de referência, após harmonização e winsorização 1–99 das variáveis contínuas; *AC_Score* encontra-se padronizado (z), e aplicam-se logaritmos naturais às variáveis com forte assimetria. Estes resumos caracterizam a amostra e informam a leitura das relações que se seguem.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas (winsorizadas 1–99)

	N	Mean	SD	p25	p50	p75	Min	Max
lnFee	3621	14,7145	1,496355	13,76258	14,7722	15,74136	10,05398	17,80449
ACscore_BBk	2670	-2,9E-09	1	-0,57671	0,124009	0,124009	-2,75691	5,455118
Size	3883	16,44672	1,724438	15,28486	16,24872	17,51204	12,49	21,05054
LEV2	3042	0,262728	0,143146	0,159479	0,26212	0,358675	0,003943	0,624263
EBITDAm	3260	24,142	18,15435	12,3035	19,5835	30,9675	-11,175	83,825
ln_sub	4095	4,688723	1,372489	3,871201	4,795791	5,627621	0,693147	7,349231
Tobins_Q	3894	1,350558	1,812004	0,341	0,7145	1,596	0,017	10,737
recv_assets	3193	0,091679	0,072283	0,036127	0,081635	0,12969	0,000843	0,381177
RQ	3572	91,03485	7,444421	87,61905	93,39622	95,75471	68,09524	99,52381
big4_dummy	4167	0,991361	0,092557	1	1	1	0	1

Notas: Cscore_BBk está padronizada (média≈0; desvio≈1). big4_dummy é binária; a média é a proporção de Big 4.

Em média, os honorários de auditoria (lnFee) situam-se em torno de 14,71, com um desvio-padrão de 1,50, o que reforça a representatividade da amostra europeia. A variável de conservadorismo contabilístico (ACscore_BBk) apresenta média próxima de zero e desvio-padrão unitário, uma vez que foi previamente padronizada.

A matriz de correlações reporta associações bivariadas entre variáveis. Em linha com a literatura, espera-se correlação positiva entre *lnFee* e *proxies* de dimensão/complexidade, e correlações moderadas entre *AC_Score* e indicadores de desempenho. Para mitigar preocupações de colinearidade nas regressões, reportam-se ainda VIF das variáveis explicativas; valores abaixo dos limiares usuais são consistentes com a identificação de efeitos marginais bem comportados.

Tabela 3 – Matriz de correlações de Pearson

	<i>lnFee</i>	<i>ACscore_BBk</i>	<i>Size</i>	<i>LEV2</i>	<i>EBITDAm</i>	<i>ln_sub</i>	<i>Tobins_Q</i>	<i>recv_assets</i>	<i>RQ</i>	<i>big4_dummy</i>
<i>lnFee</i>	1.000									
<i>ACscore_BBk</i>	0.077***	1.000								
<i>Size</i>	0.674***	0.049**	1.000							
<i>LEV2</i>	0.080***	0.059**	0.193***	1.000						
<i>EBITDAm</i>	-0.242***	-0.031	0.005	0.193***	1.000					
<i>ln_sub</i>	0.576***	0.050**	0.521***	0.028	-0.307***	1.000				
<i>Tobins_Q</i>	-0.315***	-0.062***	-0.533***	-0.274***	0.177***	-0.280***	1.000			
<i>recv_assets</i>	0.009	-0.017	-0.279***	-0.248***	-0.362***	0.165***	0.215***	1.000		
<i>RQ</i>	0.055**	0.033	-0.129***	-0.120***	-0.166***	-0.043*	0.089***	0.101***	1.000	
<i>big4_dummy</i>	0.030	0.033	0.073***	0.030	0.070***	0.053**	0.022	0.006	0.017	1.000

A Tabela 3 exhibe as correlações de Pearson entre as variáveis. Observa-se, então, uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre o conservadorismo contábilístico (*ACscore_BBk*) e os honorários de auditoria ($r = 0,077$; $p < 0,01$), sugerindo que as empresas com práticas contábilísticas mais conservadoras tendem, em média, a pagar honorários de auditoria mais elevados.

As restantes correlações apresentam os sinais esperados. Então, *Size* revela uma correlação positiva forte com *lnFee* ($r = 0,674***$), refletindo a relação direta entre dimensão e honorários de auditoria, *EBITDAm* apresenta correlação negativa ($r = -0,242***$), sugerindo que empresas mais rentáveis envolvem menor risco percebido, e *ln_sub*, *Tobin's Q* e *recv_assets* exibem correlações positivas e significativas, coerentes com a literatura clássica sobre os determinantes dos honorários de auditoria.

De forma geral, os resultados descritivos confirmam a coerência estatística e teórica da amostra, o que permite avançar para a análise da relação entre conservadorismo e honorários de auditoria. A correlação positiva encontrada ($r = 0,077$; $p < 0,01$) indica uma relação de complementaridade entre o conservadorismo e o nível de qualidade ou esforço da auditoria.

Esta evidência pode ser explicada, por um lado, pelo acréscimo de esforço de verificação que o conservadorismo impõe, isto é, empresas com políticas contábilísticas prudentes

tendem a reconhecer antecipadamente imparidades, provisões e perdas potenciais, o que aumenta o volume de estimativas e juízos de valor a rever pelo auditor. Por outro lado, de acordo com a teoria do sinal, práticas conservadoras podem constituir uma forma de sinalização de transparência e de boa governação, o que leva às empresas a optar por auditorias de maior qualidade, realizadas por auditores mais reputados e com maior profundidade de testes, e, por consequência, pagar um prémio por essa credibilidade adicional. Deste modo, o conservadorismo e a qualidade da auditoria atuam de forma complementar, funcionando ambos como mecanismos de mitigação do risco e de reforço da confiança no relato financeiro.

7.2 Resultados da Regressão

O modelo base estima a relação entre honorários de auditoria e conservadorismo ao nível firma-ano, controlando pelos determinantes clássicos e por efeitos fixos de indústria×ano. Os erros-padrão são clusterizados à firma para acomodar dependência serial intra-empresa.

O foco recai sobre β_1 : o seu sinal e significância estatística testam a H1. Como a variável dependente está em logaritmos, a interpretação económica faz-se por $100 \times (e^{\beta} - 1)\%$ pelo que um aumento de uma unidade (ou de um desvio-padrão, quando explicitado) em Cons traduz-se numa variação percentual nos honorários dada por essa transformação. A tabela 4 do modelo base apresenta ainda qualidade de ajustamento e número de observações, permitindo apreciar a estabilidade do coeficiente de interesse face a especificações alternativas (por exemplo, inclusão/exclusão de subconjuntos de controlos).

Na Tabela 4 reportamos os modelos de referência com $\ln Fee$ como variável dependente e AC_Score (z) como explicativa principal, estimados com efeitos fixos de indústria e ano e erros-padrão robustos. Em todas as especificações (Modelos 1–4), o coeficiente de AC_Score surge positivo e significativo ($\approx 0,06-0,07$), sustentando a H1 de associação entre prudência contabilística e honorários mais elevados; os controlos mantêm os sinais esperados.

Tabela 4 – Resultados da Regressão

Audit Fees and Conservatism Z (Industry - Year FE; SEs clustered by firm)

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
ACscore_BBk	0.063*** (0.022)	0.069*** (0.022)	0.060** (0.023)	0.061*** (0.023)
Size	0.610*** (0.043)	0.639*** (0.043)	0.647*** (0.045)	0.650*** (0.045)
LEV2	0.220 (0.308)	0.356 (0.317)	0.418 (0.323)	0.423 (0.323)
EBITDAm	-0.016*** (0.002)	-0.015*** (0.002)	-0.012*** (0.002)	-0.012*** (0.002)
ln_sub	0.252*** (0.041)	0.231*** (0.040)	0.241*** (0.041)	0.242*** (0.041)
Tobins_Q	0.085*** (0.022)	0.081*** (0.022)	0.074*** (0.022)	0.075*** (0.022)
recv_assets		1.432** (0.715)	1.510** (0.678)	1.535** (0.680)
RQ			0.026*** (0.009)	0.026*** (0.009)
Big 4 (=1)				-0.394 (0.332)
Constant	3.863*** (0.628)	3.308*** (0.666)	0.683 (1.237)	0.993 (1.225)
Observations	2218	2184	1824	1824
Within R ²	0.562	0.564	0.575	0.576

O coeficiente do índice de conservadorismo baseado em *accruals* é positivo e estatisticamente significativo. Em termos económicos, um aumento de um desvio-padrão em AC_Score associa-se a um acréscimo na ordem dos 6–7% dos honorários. Este resultado valida H1 e indica que maior prudência contabilística está ligada a maior esforço de auditoria.

Os resultados das regressões múltiplas (Modelos 1 a 4) revelam uma relação robusta e consistente entre o conservadorismo contabilístico e os honorários de auditoria. Em todas as especificações, o coeficiente associado à *proxy* de conservadorismo (ACscore_BBk) apresenta sinal positivo e é estatisticamente significativo ($p < 0,05$ em todos os casos, e $< 0,01$ na maioria), logo, indica que níveis mais elevados de conservadorismo estão associados a honorários de auditoria superiores.

A magnitude estimada mantém-se estável ao longo dos quatro modelos (coeficientes em torno de 0,06–0,07), o que sugere que um aumento de um desvio-padrão no conservadorismo está ligado a um acréscimo nos honorários de auditoria. Esta estabilidade de sinal e significância, mesmo com a inclusão progressiva de controlos

adicionais, evidencia a robustez do achado principal. Do ponto de vista teórico, o sinal positivo do coeficiente de conservadorismo coaduna-se com a ideia de que políticas contabilísticas mais prudentes, ao requererem reconhecimento tempestivo de perdas e verificação rigorosa de ganhos, implicam maior esforço de auditoria subsequente. Assim, os auditores podem despende mais tempo e recursos na validação de imparidades, provisões e estimativas em empresas conservadoras, o que se reflete em honorários de auditoria mais elevados.

No Modelo 4, o coeficiente da Big 4 é negativo e não significativo, este resultado sugere que a diferença média de preços frequentemente reportada na literatura pode não subsistir quando se controla por dimensão, complexidade e restantes características das empresas.

Relativamente às variáveis de controlo, os sinais obtidos alinham-se em geral com o esperado teoricamente, contribuindo para a credibilidade dos resultados. O tamanho da empresa (Size) revela uma associação positiva e significativa com os honorários de auditoria em todas as especificações ($p < 0,01$), o que era antecipado dada a maior complexidade e esforço de auditoria exigido por empresas de grande dimensão. Este resultado une-se com a literatura, segundo a qual entidades de maior porte tendem a pagar honorários de auditoria superiores em virtude do volume de transações e procedimentos de verificação adicionais requeridos.

A alavancagem financeira (LEV2) também apresenta coeficiente positivo, embora não significativo estatisticamente nos modelos estimados. O sinal positivo sugere que empresas mais endividadas poderiam implicar maior risco para o auditor, e, portanto, honorários de auditoria possivelmente superiores, mas a ausência de significância indica que, uma vez considerados outros controlos de risco, o nível de dívida por si só não exerce um efeito discernível nos honorários de auditoria.

No mesmo sentido, as oportunidades de crescimento medidas pelo Tobin's Q exibem coeficiente positivo e significativo ($p < 0,01$). Empresas com maior valorização de mercado relativa (Tobin's Q elevado), possivelmente caracterizadas por maior volatilidade nos resultados esperados, tendem a direcionar um escrutínio acrescido por parte dos auditores para validar avaliações e estimativas futuras, o que se traduz em honorários de auditoria mais elevados. Por outro lado, a qualidade regulatória do país (RQ), adicionada nos Modelos 3 e 4, apresentou um coeficiente positivo e significativo ($p < 0,01$). Ainda que de magnitude relativamente baixa, este coeficiente sugere que em

ambientes institucionais com regulamentação mais forte e exigente os honorários de auditoria tendem a ser ligeiramente superiores, possivelmente porque os auditores dedicam esforços adicionais para cumprir padrões rigorosos e atender a maiores expectativas de certificações nessas jurisdições. Em síntese, o comportamento das variáveis de controlo não diverge do antecipado, fatores clássicos de determinação de honorários de auditoria, como dimensão, complexidade e risco do cliente, mantêm os sinais esperados e ajudam a explicar a variação nos custos de auditoria, reforçando a validade dos modelos estimados.

Tabela 5 - Síntese das Hipóteses e Resultados

Hipótese	Descrição da relação esperada	Resultado empírico	Conclusão
H1	Maior conservadorismo leva a honorários mais elevados	Coefficiente positivo e significativo ($\approx 6-7\%$)	Suportada
H2	Maior complexidade resulta em honorários mais elevados	Sinal esperado e significância estatística	Suportada
H3	Maior crescimento então exigirá maior esforço de auditoria	Coefficiente positivo e significativo	Suportada
H4	Maior estrutura de ativos, logo honorários mais elevados	Resultado alinhado com o previsto	Suportada
H5	Big 4 resulta em honorários mais elevados	Efeito não significativo após controlos	Não suportada

Os resultados revelam-se robustos a especificações alternativas e à inclusão dos controlos usuais, sustentando a conclusão central de que o perfil prudencial da empresa é um determinante económico relevante do esforço de auditoria. Em termos práticos, isto implica que comités de auditoria e direções financeiras não devem esperar que a maior prudência contabilística, por si só, reduza o preço do trabalho do auditor, pelo contrário, tende a intensificar o âmbito e a profundidade dos testes, com impacto no planeamento de honorários e na alocação de equipas. A definição de orçamentos deve considerar explicitamente o grau de conservadorismo e a complexidade organizacional, em conjunto com a dimensão e o perfil de risco.

Para concluir, a análise dos quatro modelos de regressão fornece evidência empírica consistente com as hipóteses formuladas e com a literatura prévia. O conservadorismo contabilístico demonstra um impacto positivo, estável e significativo nos honorários de auditoria, suportando a noção de que práticas financeiras mais prudentes estão associadas a auditorias mais extensas ou rigorosas em termos de esforço e alcance. Este efeito permanece robusto mesmo após controlar por uma variedade de fatores económicos,

operacionais e institucionais, o que lhe confere especial relevância. Isto está em harmonia com achados de investigações anteriores e sublinha o papel mediador da auditoria na relação entre práticas contabilísticas prudentes e a qualidade da informação financeira produzida.

7.3 Discussão e enquadramento com a literatura

Nesta dissertação o conservadorismo é mensurado por um índice não condicional baseado em *accruals* (AC_Score), construído a partir da magnitude dos *accruals* discricionários estimados via Kothari et al. (2005), com winsorização 1–99 e padronização. Esta opção ancora-se na literatura de conservadorismo não condicional, distinta da tempestividade assimétrica condicional de Basu (1997) e do C_Score de Khan & Watts (2009). Assim, evitamos designar a nossa medida por “C_Score” e referimo-nos a AC_Score, alinhando a métrica utilizada com o enquadramento conceptual apropriado. Nesta ótica, os resultados sugerem que práticas mais prudentes, que tipicamente aumentam juízos e estimativas, ampliam a profundidade dos procedimentos de auditoria, o que se reflete em honorários mais elevados.

Os resultados empíricos evidenciam uma associação positiva entre o conservadorismo contabilístico e os honorários de auditoria, o que sugere que níveis superiores de prudência no relato se acompanham de maior extensão de procedimentos e, conseqüentemente, de maior esforço por parte do auditor. Esta leitura é coerente com a conceptualização clássica de Basu (1997), para quem o conservadorismo decorre de uma assimetria de verificação em que o reconhecimento das boas notícias exige evidência mais robusta do que o das más notícias, o que produz reconhecimento atempado de perdas e uma ênfase acrescida em áreas sensíveis como imparidades, provisões e estimativas controversas. Em termos operacionais, essa assimetria multiplica pontos de verificação e intensifica testes substantivos e analíticos, bem como a documentação que sustenta o juízo do auditor. Deste modo, maior conservadorismo implica mais trabalho de verificação e maior complexidade do encargo, o que se traduz em honorários de auditoria superiores.

Importa notar que, do ponto de vista da medição, a utilização de honorários de auditoria como indicador de qualidade assenta numa lógica assente em inputs amplamente reconhecida na literatura de síntese, na medida em que os honorários de auditoria refletem

o nível de esforço e a extensão dos procedimentos mobilizados pelo auditor para fornecer asseguração, conforme sublinhado por DeFond e Zhang (2014). Nesta ótica, quando a variável dependente são InFees, um coeficiente positivo para o conservadorismo é interpretado como evidência de maior qualidade de auditoria, já que maior prudência conduz a mais verificação e a mais esforço, esse esforço fica refletido nos honorários de auditoria e o resultado é uma asseguração reforçada sobre a qualidade do relato financeiro.

Este mecanismo técnico é reforçado pelo artigo documentado para o contexto português por Alves e Carmo (2022), segundo o qual ambientes de auditoria mais exigentes, em particular os associados a auditores Big 4 e a estruturas de governação mais ativas, se acompanham de níveis superiores de conservadorismo no relato. Em termos de narrativa causal, quando a auditoria opera sob padrões de exigência mais elevados o relato tende a ser mais prudente, quando o relato é mais prudente o auditor executa e evidencia um corpo de procedimentos mais denso e, quando há mais trabalho, os honorários de auditoria aumentam de forma natural. A combinação destes elementos, por um lado a assimetria de verificação descrita por Basu (1997) que eleva o esforço em áreas sensíveis a más notícias e, por outro, o enquadramento Big 4 analisado por Alves e Carmo (2022) que favorece o conservadorismo, fornece um enquadramento teórico consistente para o sinal positivo observado entre conservadorismo e InFees e, no quadro desta tese, sustenta a leitura de qualidade acrescida quando se utiliza o InFees como *proxy* de qualidade de auditoria, em consonância com DeFond e Zhang (2014).

Em suma, a convergência entre o mecanismo micro de verificação assimétrica que se traduz em mais esforço e mais honorários de auditoria e o ambiente institucional onde a relação entre Big 4 e conservadorismo é mais marcada racionaliza o padrão empírico encontrado, pois maior conservadorismo associa-se a mais trabalho de auditoria e a honorários de auditoria mais elevados, o que numa perspetiva assente em inputs indica maior qualidade de auditoria. Esta discussão encerra a apresentação dos resultados, articula-os com a literatura relevante e prepara o terreno para as implicações e limitações que se seguem.

Este trabalho analisou a relação entre o conservadorismo contabilístico, operacionalizado por um índice baseado em *accruals*, e os honorários de auditoria de empresas do *STOXX Europe 600* no período 2018–2024. A evidência empírica indica uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as duas variáveis: um aumento de um desvio-padrão no índice de conservadorismo está, em média, ligado a um acréscimo de cerca de 6–7% em *lnFee*. Este resultado é consistente com a ideia de que políticas contabilísticas mais prudentes deslocam o foco da auditoria para áreas intensivas em julgamento (imparidades, provisões, mensurações ao justo valor e outras estimativas), exigindo procedimentos adicionais e, por conseguinte, maior esforço.

Reitera-se que *lnFee* é interpretado predominantemente como uma *proxy* de esforço (e de preço do risco), não captando de forma exaustiva a qualidade da auditoria. Assim, a leitura adequada é: maior conservadorismo contabilístico associa-se a maior esforço de auditoria. Embora os honorários se correlacionem com dimensões de qualidade, esta permanece um constructo mais amplo e fora do escopo direto desta análise.

Os determinantes clássicos comportam-se em linha com a literatura: empresas maiores pagam honorários substancialmente superiores; estruturas mais complexas, (como por exemplo, maior número de subsidiárias) associam-se a custos mais elevados; a rentabilidade exibe efeito negativo, compatível com menor risco percebido e menor esforço marginal; o potencial de crescimento apresenta efeito positivo, sugerindo procedimentos adicionais em contextos mais dinâmicos. O indicador de qualidade regulatória do país surge positivo e de pequena magnitude quando incluído. Por seu turno, a variável Big 4 é negativa e não significativa no modelo mais completo, não havendo evidência de prémio/desconto sistemático após controlar pelas restantes características e por efeitos fixos de indústria e ano.

Este estudo apresenta algumas limitações que importa reconhecer. Em primeiro lugar, a mensuração do conservadorismo contabilístico e da qualidade da auditoria assenta em *proxies*, *accruals* discricionários e honorários de auditoria, que, embora amplamente utilizadas na literatura, não captam integralmente a complexidade conceptual destes constructos. Em segundo lugar, apesar de a amostra abranger empresas de vários países europeus, subsistem diferenças institucionais, legais e fiscais que não são totalmente

observáveis e que podem influenciar a relação estimada. Por fim, a recolha manual de variáveis chave, como honorários de auditoria, opinião e auditor responsável, pode introduzir erros residuais, apesar do controlo e validação realizados.

Investigações futuras poderão aprofundar estes resultados através de proxies alternativas de conservadorismo, como métricas baseadas em retornos ou em componentes específicas de imparidades. Da mesma forma, poderão explorar medidas alternativas de qualidade da auditoria, incluindo qualidade percebida, reemissões de demonstrações financeiras, KAM, ou métricas de risco de litígio. Uma via promissora consiste na aplicação de métodos causais, dados em painel com efeitos fixos mais detalhados. Adicionalmente, análises focadas em regimes institucionais específicos ou em períodos económicos diferentes poderão clarificar como o contexto modera a relação entre prudência contabilística e esforço de auditoria.

Em suma, no contexto europeu de 2018 - 2024, maior conservadorismo contabilístico está consistentemente associado a honorários de auditoria superiores, reforçando a relevância do julgamento e do esforço incremental exigidos ao auditor em ambientes de reporte mais prudentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, S., e Carmo, C. (2022). AUDIT COMMITTEE, EXTERNAL AUDIT AND ACCOUNTING CONSERVATISM: DOES COMPANY'S GROWTH MATTER? *Journal of Governance and Regulation*, 11(3), 17–27. <https://doi.org/10.22495/jgrv11i3art2>
- Barrett, M. J. (2004). *Enron and Andersen-What Went Wrong and Why Similar Audit Failures Could Happen Again*. https://works.bepress.com/matthew_barrett/28/
- Basu, S., Barclay, S. P. K. M., Christie, A., Daley, M., Lilien, S., Pearson, N., Shevlin, T., Weintrop, J., e Zimmerman, J. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. In *Basu / Journal of Accounting and Economics* (Vol. 24).
- Batista, I. C. P., e Santos, ; G. (2015). O IMPACTO FINANCEIRO DAS AUDITORIAS DA QUALIDADE NAS EMPRESAS PORTUGUESAS. *Revista*, 90–102. <http://revistas.cefet-rj.br/index.php/producaoedevolvimento>
- Byzalov, D., e Basu, S. (2016). *Conditional conservatism and disaggregated bad news indicators in accrual models*. <http://ssrn.com/abstract=2589917> Phone:215.204.3927 Fax:215.204.5587 Electronic copy available at: <https://ssrn.com/abstract=2589917> Electronic copy available at: <http://ssrn.com/abstract=2589917>
- Caylor, M. L., e Chambers, D. J. (2015). Reaching Into the Cookie Jar? Why Conservative Accounting Is Sometimes a Problem. *Journal of Corporate Accounting and Finance*, 26(5), 73–77. <https://doi.org/10.1002/jcaf.22066>
- Cziffra, J., Singer, Z., e Zhang, J. (2024). Do Big 4 Firms Provide Higher Audit Quality in Government Audits? Evidence from Canadian Provincial Consolidated Financial Statements. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 1–30. <https://doi.org/10.2308/AJPT-2023-022>
- Darmawan, A. (2023). Audit Quality and Its Impact on Financial Reporting Transparency. *Golden Ratio of Auditing Research*, 3(1), 32–45. <https://doi.org/10.52970/grar.v3i1.375>

- Deangelo, L. E. (1981). AUDITOR SIZE AND AUDIT QUALITY. In *Journal of Accounting and Economics* (Vol. 3). North-Holland Publishing Company.
- DeFond, M., e Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2–3), 275–326. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2014.09.002>
- Donovan, J., Frankel, R., Lee, J., Martin, X., e Seo, H. (2014). Issues raised by studying DeFond and Zhang: What should audit researchers do? *Journal of Accounting and Economics*, 58(2–3), 327–338. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2014.09.001>
- Francis, J. R. (2004). What do we know about audit quality? *British Accounting Review*, 36(4), 345–368. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2004.09.003>
- Francis, J. R., e Krishnan, J. (1999). Accounting Accruals and Auditor Reporting Conservatism. *Contemporary Accounting Research*, 16(1), 135–165. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1999.tb00577.x>
- Guo, F., Lisic, L. L., Pittman, J., Seidel, T. A., Zhou, M., e Zhou, Y. (2022). Fool Me Once, Shame on You; Fool Me Twice, Shame on Me: The Long-Term Impact of Arthur Andersen’s Demise on Partners’ Audit Quality*. *Contemporary Accounting Research*, 39(3), 1986–2022. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12773>
- Hay, D. C., Knechel, W. R., e Wong, N. (2006). Audit fees: A meta-analysis of the effect of supply and demand attributes. In *Contemporary Accounting Research* (Vol. 23, Issue 1, pp. 141–191). Wiley-Blackwell. <https://doi.org/10.1506/4XR4-KT5V-E8CN-91GX>
- Huh, B. G., Lee, S., e Kim, W. (2021). The impact of the input level of information system audit on the audit quality: Korean evidence. *International Journal of Accounting Information Systems*, 43. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2021.100533>
- Khan, M., e Watts, R. L. (2009). Estimation and empirical properties of a firm-year measure of accounting conservatism. *Journal of Accounting and Economics*, 48(2–3), 132–150. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2009.08.002>
- King, H. (2023). Assessing the Impact of Audit Quality on Accountability and Transparency among Financial Institutions in the United States: A Systematic

- Review and Meta-Analysis. *Journal of Finance and Accounting*, 7(2), 11–21. <https://doi.org/10.53819/81018102t4130>
- Krishnan, G. V., e Visvanathan, G. (2008). Does the SOX definition of an accounting expert matter? The association between Audit committee directors' accounting expertise and accounting conservatism. *Contemporary Accounting Research*, 25(3), 827–858. <https://doi.org/10.1506/car.25.3.7>
- Lopes, A. P. (2018). Audit Quality and Earnings Management: Evidence from Portugal. *Athens Journal of Business & Economics*, 4(2), 179–192. <https://doi.org/10.30958/ajbe.4.2.4>
- Martins, D. C. (2015). *A implementação da Auditoria Interna numa Câmara Municipal do Minho INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO.*
- Mohd Jamil, M., e Mohd Jamil, M. (2023). *Consideration of Significant Audit Matters: An Evaluation.* <https://doi.org/10.6007/IJARAFMS/v12-i3/18928>
- Neiroukh, N., e Caglar, D. (2024). The impact of key audit matter characteristics on financial statement understandability and investor decision-making: An empirical study. *Canada. Decision Science Letters*, 13, 909–920. <https://doi.org/10.5267/dsl.2024.8.001>
- Nogler, G. E. (2008). Going concern modifications, CPA firm size, and the enron effect. *Managerial Auditing Journal*, 23(1), 51–67. <https://doi.org/10.1108/02686900810838164>
- Schelker, M. (2013). Auditors and Corporate Governance: Evidence from the Public Sector. *Kyklos*, 66(2), 275–300. <https://doi.org/10.1111/kykl.12021>
- Shalan Jabbar, F. (2019). The Accounting Conservatism and Its Effect on the Quality of Financial Reporting and Supply Chain of Organization in the Financial Market. In *Int. J Sup. Chain. Mgt* (Vol. 8, Issue 1). <http://excelingtech.co.uk/>
- Simon, W. E., e Watts, R. L. (2003). *Conservatism in Accounting Part I: Explanations and Implications.* <http://ssrn.com/abstract=414522>
- Šodan, S., Vuko, T., e Aljinović Barać, Ž. (2024). *Understanding the Big 4 Effect on Earnings Quality via Audit Adjustments.* <https://ssrn.com/abstract=4812258>

Spence, M. (1973). Job Market Signaling. In *Source: The Quarterly Journal of Economics* (Vol. 87, Issue 3).

Sunder, S. (1999). *A Theory of Accounting and Controls for Organizations Producing Public-Versus Private-Goods*.
<http://zi.gsia.cmu.edu/sunder/research.html>. The slides used for presentation are also available at the same website for viewing or downloading.

Jain, K., e Agarwalla, A. (2022). *Jain point laparoscopic entry in contraindications of Palmers point*. *National Institutes of Health (NIH) Manuscript*.
<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9696343/>

Kothari, S. P., Leone, A. J., e Wasley, C. E. (2005). *Performance matched discretionary accrual measures*. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 163–197.
<https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.11.002>